

# Comissão declara-se parlamentarista

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, recebeu ontem do senador Afonso Arinos documento com a assinatura de 27 membros da Comissão de Sistematização em apoio à proposta de implantação gradual do regime parlamentarista, num prazo de dois anos, e mediante acordo suprapartidário. Sant'Anna reiterou a posição presidencialista do governo, classificou a atitude de "educada e sutil", mas observou que o ideal seria "que todos os constituintes pudessem marchar unidos".

Além de Sant'Anna, apenas um presidencialista, o deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP), autor de uma das emendas apoiadas pelo Palácio do Planalto, participou da solenidade, e foi chamado em tom de brincadeira de adeso-

Para Afonso Arinos, o gradualismo representa apenas a conveniência para a implantação do regime Parlamentar. Arinos não quis fazer comentários sobre a crise do PFL com o governo, definindo-se em termos políticos e provocando risos de aprovação dos companheiros: "Não sou PFL nem sou PMDB, sou parlamentarista".

O deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista, concorda que o episódio influirá na votação, mas não acredita num rompimento com o governo. Já o deputado Thomas Nono, do PFL de Alagoas, garantiu que não mudará seu voto a favor do parlamentarismo na Sistematização, mas disse que somente decidirá as disposições transitórias

quando outras questões, como o voto distrital, estiverem equacionadas. "Quero me eleger, portanto não posso partir para o suicídio aceitando o voto distrital".

Ele não acredita que os parlamentaristas do seu partido tenham reduzido o mandato do presidente José Sarney, pelo simples fato de o PFL não ter candidatos em condições de conquistar a Presidência da República. Na opinião do deputado, "o único empenhado, hoje, no PFL, em favor do presidencialismo é o Marco Maciel".

Para o deputado Alcenir Guerra (PR), parlamentarista de primeira hora do PFL, a crise facilita a opção por aquele sistema, ainda que "a caneta (leia-se do governo) não vai mais funcionar com tanta desenvoltura", disse referindo-se à liberação de recursos.

LUIS HENRIQUE

Deputados de partidos diferentes identificaram o empurrão novo no sistema de gabinete. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique, chegou a convocar uma entrevista coletiva para observar, entre outras coisas, que a crise exibiu "o momento de exatidão máxima do presidencialismo". O líder disse também que a vitória, assegurada anteriormente na Sistematização, seria apenas mais expressiva.

Luis Henrique lembrou que o parlamentarismo havia ficado mais forte com a adesão de parcela do PFL, a ponto de garantir sua aprovação, já que contava com o apoio de peso de setores peemedebistas, sem contar os PCs, o PSB, parcelas do PDS e



Arinos entrega a Sant'Anna documento sugerindo implantação gradual do parlamentarismo

do PTB. Para ele, um novo pacto político passará formalmente por essas forças e terá como espinha dorsal o novo sistema de governo.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), lembrou que há uma semana o presidente José Sarney abriu o diálogo, admitindo o parlamentarismo gradual, o que provocará adesões ao novo regime nos dois grupos de

apoio mais fechado ao governo: o Centro Democrático do PMDB (seis votos) e o PFL (de cinco para 14 votos).

O líder de Sarney na Câmara, Carlos Sant'Anna, passou a conversar mais sobre o assunto e muitos deputados não mais se sentiram impedidos de optar pelo sistema de gabinete. Com a crise na Aliança Democrática, a adesão aumentou: "É uma lei na-

tural na política. Quando uma atitude não agrada, o que se sente chateado reage. Assim, a tendência é o afastamento do presidencialismo, que passa agora a ser indicado como deficiente e propenso a crises", afirmou Andrada.

PIMENTA DA VEIGA

O deputado Pimental da Veiga,

do PMDB mineiro, também previu, ontem, que a decisão do PFL de romper a Aliança Democrática deverá influir nos resultados da votação da Comissão de Sistematização, que, ontem à noite, começou a discutir o substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Para o deputado peemedebista, que integra a sistematização, não poderia acontecer "nada pior para o governo" do que um episódio dessa natureza nas vésperas da votação do substitutivo do relator. Pimenta da Veiga está convencido de que, embora consolidada a posição em favor do parlamentarismo, poderá haver alteração no voto dos pefelistas partidários do sistema com relação às disposições transitórias, com possibilidade de redução do mandato de José Sarney.

O deputado Roberto Freire, líder do PCB, minimizou o acontecido, observando que não deverá influir na disposição dos pefelistas de aprovarem o parlamentarismo. Ele ponderou, no entanto, que não serão aprovados seis anos de mandato para José Sarney e sim a implantação gradual do parlamentarismo a partir de 1988, com cinco anos de mandato presidencial.

Também o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, acha que o único resultado do episódio será o aumento do número de pefelistas a favor do parlamentarismo na Sistematização, mas não com relação à redução do mandato de Sarney.

## Reforma tributária preocupa presidente

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney pretende chamar as lideranças políticas para uma conversa sobre o encaminhamento da reforma tributária na Constituinte, segundo disse ontem o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), depois de audiência com o presidente, da qual participaram outros deputados do PMDB, entre eles o líder do partido na Câmara, deputado Luis Henrique.

Sarney, de acordo com Max Rosenmann, defende uma responsabilidade maior de todos com relação ao problema, que deve ser discutido antes da votação, porque a União não poderá manter suas atribuições atuais, como manutenção das Forças Armadas e da diplomacia, participação nos planos de eletrificação e construção de estradas federais, se prevalecer a proposta de divisão do bolo orçamentário.

O futuro sistema de governo também foi uma das preocupações demonstradas pelo presidente na audiência em que o grupo de parlamentares foi reivindicar obras na rodovia BR 101, no trecho Palhoça-Itajaí. O presidente até considerou de "bom alvitre", de acordo com o deputado Renato Vianna (PMDB-SC), uma protelação, por dois dias, das votações na Comissão de Sistematização, para que fosse superada a crise criada pelo PFL e buscado um entendimento.

Pela manhã, antes de o senador Marco Maciel e o ministro Aureliano

Chaves chegarem ao Palácio do Planalto, Renato Vianna afirmou que o presidente Sarney não iria se envolver na negociação, para protelação da votação, mas achava que o trabalho poderia ser realizado pelas lideranças políticas. Não foi apenas Vianna quem saiu ontem em defesa do presidente. O deputado João Cunha (PMDB-SP) desceu do gabinete de Sarney criticando os parlamentaristas e acusou o deputado Ulysses Guimarães de estar fazendo o jogo peemedebista, dizendo que não quer o parlamentarismo, mas querendo, para poder ficar no poder através do Congresso Nacional. Disse isso depois de classificar o parlamentarismo de "palhaçada" e de chamar Ulysses Guimarães de "político em decadência".

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, também não foi poupado por João Cunha, que o chamou de "idiota amazonense". Ao presidente Sarney, contudo, o deputado paulista foi levar apoio e dizer, segundo afirmou, que é chegada a hora de ele exercer pressão "legítima" para evitar o parlamentarismo.

A tendência na Comissão de Sistematização é aprovar o parlamentarismo, segundo avaliação feita pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) para o presidente, que apenas ouviu e nada comentou, conforme afirmou o parlamentar. Mais ainda, ele também acha que se der o presidencialismo, será com o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

## Cimi considera o projeto genocida

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krutler, bispo do Xingu, afirmou ontem que o substitutivo do relator Bernardo Cabral é nocivo aos índios e tem caráter "genocida, etnicida", além de ser indigno da consciência cívica e cristã do povo brasileiro. Em nota à imprensa, Krutler ressaltou que o texto de Cabral estabelece duas categorias de índios: os que ainda são assim considerados, e os que não serão assim considerados, têm cassada a própria indianidade.

O presidente do Cimi reclamou da não-apresentação dos documentos prometidos pelo jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável do jornal O Estado de S. Paulo, à CPI que investiga denúncias contra o Cimi. E ressaltou que, independentemente do pedido de resposta da entidade, o Cimi vai requisitar à Polícia Federal a instauração de inquérito para apurar se há ou não falsidade nos documentos utilizados como base para a série de reportagens.

## "Estado" envia documentos aos parlamentares

O jornal O Estado de S. Paulo enviou ontem, conforme prometera, todos os documentos nos quais se baseou para a série de reportagens Índios na nova Constituição aos 18 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Congresso Nacional para apurar a conspiração contra o Brasil. Os documentos serão entregues hoje.